

# Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato

MARIANA CORREIA SILVA SABINO

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

## RESUMO

O presente artigo discorre sobre os *Fundamentos ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato*. Nele refletimos sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, o trabalho útil-concreto enquanto ineliminável fundamento ontológico do ser social e o trabalho abstrato, forma peculiar que assume no modo de produção capitalista. As considerações aqui desenvolvidas são frutos de uma pesquisa bibliográfica. Utilizamos como referencial teórico as obras de Karl Marx e de outros renomados autores que compartilham da mesma matriz teórica. A relevância deste estudo está em reafirmar a centralidade do trabalho para o mundo dos homens e a atualidade da teoria marxiana.

## PALAVRAS-CHAVE

Trabalho, Trabalho abstrato, Modo de produção capitalista.

## ABSTRACT

This paper discusses the Ontological Foundations of Marx's work: useful work-concrete and abstract labor, we reflect on the ontological centrality of class work, concrete work useful as ineradicable ontological ground of being social and abstract labor, peculiar form it takes the capitalist mode of production. The points made here are the results of a literature search. The theoretical framework the works of Karl Marx and other renowned authors who share the same theoretical framework. The

relevance of this study is to reaffirm the centrality of work to the world of men and the relevance of the Marxian theory.

#### KEYWORDS

Work, Abstract labor, Capitalist mode of production.

#### INTRODUÇÃO

Diante das profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, em especial no mundo laboral, observamos, na atualidade, que a categoria trabalho tem sido objeto de estudos e debates por intelectuais das mais variadas matrizes teóricas, como também verificamos o florescimento de teorias que afirmam o fim trabalho e, portanto, a necessidade de reformulação da obra de Marx. Nossa proposta, com este estudo, foi refletir sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, tendo como referencial teórico as obras de Marx, especificamente o volume primeiro de *O Capital*, nos capítulos V e XIV.

Segundo Marx, o trabalho é uma condição ineliminável para reprodução do mundo dos homens. Este subsistirá em qualquer forma de sociabilidade, todavia, no modo de produção capitalista, sua finalidade é a produção de mais-valia para atender as necessidades de acumulação e reprodução do capital, isto, em detrimento das necessidades humanas de reprodução social. Assim, o trabalho em Marx apresenta uma dúplici determinação: é trabalho útil-concreto, destinado a atender as necessidades humanas e trabalho abstrato, inerente à sociedade capitalista, em que predomina o valor de troca, destinado à acumulação e reprodução de capital. Logo, temos uma tensão entre trabalho útil e abstrato. Tal impasse só será resolvido com a superação do modo de produção capitalista, momento em que o trabalho for liberto do domínio do capital.

#### A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO: TRABALHO ÚTIL-CONCRETO

Para compreender o fundamento ontológico da categoria trabalho, utilizamos como referência o livro primeiro de *O Capital*, especificamente no capítulo V, em que Marx define o trabalho:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho.

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente” (Marx 1985a: 149-150).

Compreendemos a descoberta de Marx: o trabalho é a base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do ser social. Tal descoberta é a chave para compreensão da raiz do processo social. Marx concluiu que:

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx 2008: 47).

Assim, o trabalho é a categoria que funda o ser social. É através dele que ocorre a interação homem e natureza. Os homens atuam sobre a natureza para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social. Já o trabalho abstrato é a forma que o trabalho assume no modo de produção capitalista, ou seja, neste modelo de sociabilidade, o homem é reduzido à força de trabalho, simples mercadoria para o capital. Este trabalho não vai ser direcionado para atender as necessidades humanas, mas a sua prioridade é atender as necessidades de reprodução do capital. É pelo trabalho que o homem se faz diferente da natureza, e para entender este processo convém ressaltar as três esferas ontológicas: a inorgânica (reino/mundo mineral), a orgânica (animais e plantas) e a social (ser social, o homem em sociedade). Esta questão já foi bem aprofundada por Lessa (2012).

O trabalho acontece no intercâmbio orgânico homem e natureza. Desta relação, verificamos que só pode existir vida humana se o homem desenvolver uma interação constante com a natureza, pois a própria reprodução biológica para garantir a perpetuação da espécie depende desta relação homem e natureza. É impossível imaginar sociedade sem natureza e até mesmo vida humana sem a base natural. A natureza é uma esfera anterior ao desenvolvimento da sociedade. Isto a torna essencial e imprescindível para que possa existir e reproduzir a sociedade. Então, não existe trabalho sem a interação homem e natureza. Ao eliminar a natureza, elimina-se a base que permite a existência da vida humana e os recursos para o homem se reproduzir.

No que se refere ao atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, observamos que este caminha para uma produção destrutiva. À medida que destrói os recursos naturais, caminha para sua autodestruição, como também ameaça a reprodução e existência da própria humanidade. É preciso refletir. Se alcançarmos outro tipo de sociabilidade, os recursos naturais estarão tão degradados que poderão dificultar a construção efetiva do pleno desenvolvimento humano. O que vivenciamos na atualidade é a intensificação da produção destrutiva do capital no modo de produção capitalista que já mereceu estudo aprofundado por parte de Mészáros (2002). É necessário ainda entender o processo de transformação da natureza realizado pelo homem por meio do trabalho. Este movimento ocorre de acordo com Lessa (1999) em quatro patamares:

- \* o da necessidade, por exemplo, de quebrar um coco, desta forma, todo o ato de trabalho é uma resposta a uma dada necessidade;
- \* o da alternativa, porquanto, há inúmeras alternativas possíveis para atender aquela necessidade, por exemplo, jogar o coco no chão, construir um machado, entre outras, assim existem infinitas possibilidades para atender a necessidade posta;
- \* o da antecipação, o indivíduo antecipa em sua consciência o resultado de cada uma das alternativas, avalia-as e escolhe aquela que considera mais adequada para suprir a presente necessidade;
- \* o da construção, após a escolha da alternativa, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo.

A prévia ideação é a construção na consciência do provável resultado que uma ação terá, ou seja, consiste em antecipar no pensamento o produto de uma ação que ainda irá ocorrer, imaginando o provável resultado. Porém, é importante entender que a prévia ideação surge em decorrência de uma necessidade concreta, e se constitui enquanto resposta a tal necessidade. Esta prévia ideação precisa ser objetivada. Urge sair da esfera privada do pensamento para ser exteriorizada no real, pois se ficar apenas na esfera da consciência não passa de uma simples ideia, contudo, ao se objetivar, sai da esfera idealizada para compor a esfera da objetividade que pertence à realidade concreta e exterior à consciência do indivíduo. Então, por meio deste processo, entendemos que, devido a uma necessidade real, o homem desenvolve uma prévia ideação que, quando objetivada vai transformar a natureza e o próprio homem, isto é o que Marx chamou de trabalho. De acordo ao autor de *O Capital*, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, nenhum outro ser vivo o desenvolve:

“Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente”(Marx 1985a: 149-150).

Neste trecho, percebemos a síntese do processo de trabalho, ou seja, é o homem o único ser na natureza que possui a capacidade de desenvolver o trabalho, já que o ato de trabalho é a síntese de prévia ideação e objetivação para transformação da natureza e do próprio homem. Ao transformar a natureza pelo trabalho, o homem também se transforma, pois no processo vai adquirindo novos conhecimentos e habilidades que não possuía antes. Este é um ciclo constante e interminável. Pelo trabalho, temos a criação constante de algo novo. Por isso, o trabalho remete para além dele mesmo, gerando novas necessidades, novas possibilidades e, conseqüentemente, novos conhecimentos e novas habilidades. As novas necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho dão origens às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais, que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não se trata apenas da interação homem e natureza, mas da interação entre os homens.

A reprodução social dos homens é um processo complexo que, apesar de ter o trabalho como categoria fundante, remete para além de si. O trabalho demanda o surgimento de novos complexos sociais que têm seu fundamento no próprio trabalho, mas possuem funções e especificidades incomuns. Como exemplos desses novos complexos sociais identificamos: a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros.

O trabalho e os complexos sociais compõem a totalidade social. De acordo com Tonet (2003), existem três relações entre o trabalho e os complexos sociais: a *dependência ontológica* de todos os complexos sociais, manifesta na relação fundante e fundado; a *autonomia relativa* de todos os complexos sociais, expressa na função que desempenham na reprodução social; e a *determinação recíproca* de todos os complexos sociais, exposta pela forma em que se relacionam mutuamente. Vejamos o que diz o referido autor:

“Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir disto que surgem novas dimensões sociais, tais como direito, política, arte, ciência, religião, educação, etc., cada qual com uma natureza e funções específicas para resolução destas novas questões. Natureza e funções que só poderiam cumprir se tivessem uma autonomia (sempre relativa) com relação à matriz que lhe deu origem. Daí dizermos que elas têm uma dependência ontológica e uma autonomia relativa em relação à matriz fundante que é o trabalho” (Tonet 2003: 14-15).

Consideramos, pois, que foi a partir da categoria trabalho que Marx teve condições de demonstrar que o ser humano é histórico e social, isto significa, que toda a realidade

é social. Para Marx, a natureza humana decorre da construção dos próprios homens por meio do trabalho. Com isso, afirma que os homens são aquilo que eles próprios construíram em cada momento histórico. Ou seja, a história humana é fruto da atividade dos próprios homens.

Em suma, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, pois atende à necessidade de produzir os meios de subsistência e de produção que são necessários para reprodução dos homens. Assim, o trabalho funda o ser social. Sem trabalho não pode haver reprodução social dos homens. O trabalho estará presente em qualquer sociedade, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história. No modo de produção capitalista, este trabalho assume a forma de trabalho abstrato, cuja finalidade é reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens.

#### **TRABALHO ABSTRATO: PECULIAR AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Para entender como o trabalho assume a forma abstrata no modo de produção capitalista, é preciso entender o surgimento das classes sociais. Segundo Lessa e Tonet (2012), o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionadas pela agricultura e pela pecuária, permitiu que os homens passassem a produzir excedentes, ou seja, mais do que necessitavam para se reproduzir. Foi a partir deste excedente que se tornou proveitoso ao homem explorar o próprio homem, colocar outros homens na condição de escravos para produzirem para outros que se apropriam desta riqueza. Assim, temos basicamente duas classes: a que por meio do trabalho produz toda riqueza e outra que se apropria dessa riqueza. A partir daí, o trabalho sofre uma alteração no sentido de sua finalidade última não atendendo prioritariamente as necessidades humanas, mas produzindo riqueza para ser apropriada pela classe dominante. No modo de produção capitalista, o trabalho se converte em trabalho alienado, não que ele perca esta dimensão de fundante do ser social, mas sua finalidade última é atender os interesses de reprodução do capital, não perdendo o caráter de atender as necessidades humanas, mas vai subordinar estas necessidades ao interesse do capital.

Segundo Marx, o trabalho é a condição eterna da vida social, todavia, com a exploração do homem pelo homem, resultam novas formas históricas de organização da produção: escravismo, feudalismo e o capitalismo. No entanto, diferentemente das sociedades precedentes ao capitalismo, a exemplo do escravismo, no qual o escravo pertencia ao seu senhor, e do feudalismo, em que o servo estava submisso ao senhor feudal, o trabalhador na sociedade capitalista é livre para vender sua força de trabalho. O proletário torna-se mercadoria ao vender sua força de trabalho à burguesia. Para tanto, é necessário que essa força produza “[...] um valor maior do que ela própria vale, o burguês, que comprou a força de trabalho, tem, ao final do

mês, um valor maior do que aquele que ele paga ao trabalhador em forma de salário, conhecido como mais valia” (Lessa e Tonet 2008: 65-66). Segundo Lessa e Tonet (2008: 70) “o custo, para o capital, dessa mercadoria chamada força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador”.

Quando ocorre o desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, o trabalho é destinado a atender às necessidades de reprodução do capital, pois a essência da sociedade capitalista é a acumulação privada de capital, os homens são reduzidos à força de trabalho, que é uma mercadoria como outra qualquer, ou seja, os homens nada possuem a não ser sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria. Desta forma, no modo de produção capitalista, ocorre a conversão da força de trabalho em mercadoria, fornecida pelo trabalhador assalariado. Entendemos, assim, que a essência da alienação na sociedade capitalista decorre da redução do que é humano a simples mercadoria, cuja finalidade é produzir lucro. No capitalismo, o trabalho fundante do ser social passa a ser trabalho alienado. O trabalhador é expropriado dos meios de produção e do produto de seu trabalho.

#### TRABALHO ABSTRATO: TRABALHADORES, ASSALARIADOS E PROLETÁRIOS

No capítulo XIV, de *O Capital*, Marx demonstra o processo em que o trabalhador deixa de deter o controle da sua atividade e nota a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual :

“Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos” (Marx 1985<sup>b</sup>: 105).

A divisão social do trabalho, típica das sociedades de classes, é a separação entre trabalho manual e intelectual: o primeiro, percebido como intercâmbio orgânico entre homem e natureza; o segundo, como atividade de controle e supervisão. Diante desta nova configuração que o trabalho assume, entendemos que a separação entre o trabalho manual e o intelectual ocorre porque o trabalhador que antes detinha o controle de seu trabalho passa a ser controlado por outros.

Na sociedade capitalista, o produto do trabalho é uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca. Segundo Marx: “portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (Marx, 1985a: 47). Desta forma, o produto do trabalho são mercadorias que possuem valor e, para medir este valor, é necessário saber o tempo de trabalho socialmente necessário para produção destas mercadorias. De acordo com Marx, o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso

qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (Marx 1985<sup>a</sup>: 48). No que se refere ao valor de uso que está presente nas mercadorias:

“Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.} Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor” (Marx 1985a: 48).

Desta passagem, compreendemos que Marx está evidenciando que os produtos do trabalho na sociedade capitalista são mercadorias utilizadas para valorização de capital, estas possuem valor de uso e passam a ter um valor de troca. Disto, fica evidente que o produto do trabalho sempre terá um valor de uso, haja vista que sua finalidade imediata é atender as necessidades humanas de reprodução. Então, pelo trabalho sempre será produzido valor de uso. Todavia, no modo de produção capitalista, o trabalho tem que produzir valor de uso e valor de troca, ou seja, tem que ser produtor de mais-valia, pois nele predomina o valor de troca destinado a valorização do capital.

De acordo com Lessa e Tonet (2012), nas sociedades de classes, temos basicamente duas classes: dominante (burgueses) e os dominados (proletários), porém, entre estas classes temos uma camada de assalariados que auxiliam a classe dominante em manter a exploração. Estes assalariados não podem fazer parte da classe dominante, pois também estão na condição de subordinados e não possuem o controle privado dos meios de produção e da riqueza. Por outro lado, também não podem fazer parte do proletariado, pois não atuam na transformação da natureza produzindo a riqueza material, antes se ocupam do controle sobre os operários para garantir a apropriação privada da riqueza pela classe dominante. Assim, estes assalariados vivem do salário que recebem. Este salário é parte da riqueza expropriada dos proletários, desta forma, sua luta é para aumentar seu salário que, em outras palavras, significa manter uma maior exploração sobre os proletários para que só assim seja possível o aumento dos seus salários.

A novidade que o modo de produção capitalista introduz é que a forma de enriquecimento pode ser decorrente da transformação da natureza pelo trabalho manual (proletários) como também através de outras atividades que não estão diretamente ligadas a transformação da natureza. Então, ao capitalista não importa se a mais-valia (lucro) é decorrente da transformação da natureza ou não, o que

realmente importa é o aumento de sua riqueza. De acordo com Lessa e Tonet, todo conteúdo da riqueza social é produzido pelo trabalho, mas no modo de produção capitalista a forma social em que é apresentada a riqueza assume a forma de capital. Em suas palavras,

“No modo de produção primitivo, era a propriedade comunal primitiva. No modo de produção escravista e feudal, era a propriedade privada do senhor de escravos e do senhor feudal. No modo de produção capitalista, ‘a forma social’ desta riqueza é o capital” (Lessa; Tonet 2012, p. 28).

Percebemos assim que, mesmo durante o feudalismo e escravismo, a propriedade da riqueza social produzida pelo trabalho já era privada, porém, no capitalismo, toma a forma de capital. Então, percebe-se que seja qual for a forma que se apresente a riqueza social no decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade, sua gênese está no intercâmbio orgânico homem e natureza. Logo, é o trabalho que gera todo conteúdo da riqueza social.

No capitalismo, as relações sociais se complexificam. A produção é destinada a atender as demandas de reprodução de capital, a produção de mais-valia. Nas palavras de Marx,

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx 1985: 105).

Entendemos, portanto, que a produção no capitalismo é destinada a produção de mais-valia e que esta produção de mais-valia pode ser decorrente do trabalho e também de outras atividades que sirvam para valorizar o capital. Apreendemos, pois, que nem só o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é produtor de mais-valia. Marx vai definir também o trabalho produtivo no capitalismo como sendo aquele que produz mais-valia e serve igualmente para a autovalorização do capital. Em um esclarecimento que consta em nota de rodapé para denominar o que entende por proletário, o autor do *Capital* afirma que: “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” (Marx 1985b: 188, nota de rodapé nº 70). Assim, só pode ser considerado proletário e de tal forma denominado o trabalhador que cumpre esta dupla funcionalidade no modo de produção capitalista, de produzir e valorizar o capital. Cabe ressaltar que o capital é produzido pelo trabalho de intercâmbio orgânico do homem com a natureza.

No processo de valorização do capital, estão as demais atividades que podem ter ou não relação com o trabalho, o próprio Marx nos deixou como exemplo o “mestre-escola”, que sendo trabalhador assalariado pode ou não servir para valorização do capital, isto irá depender de sua inserção na esfera econômica, se for como trabalhador de escola privada, então serve para valorizar o capital, mas se estiver no setor público não possibilita a valorização de capital. Assim, temos dois tipos de assalariados os que produzem mercadorias e geram mais-valia e os que não produzem mercadorias

e, portanto, não produzem mais-valia, apenas servem para valorizar o capital. De acordo com Lessa e Tonet:

“Temos dois grandes grupos de assalariados. Um deles produz mercadoria e, ao fazê-lo, gera a mais-valia. O outro, não produz mercadorias e, por isso, não gera mais-valia. Por distinguir estes dois grupos um do outro, Marx tomou emprestadas da Economia Política Clássica as categorias de trabalho assalariado produtivo de mais-valia e trabalho assalariado improdutivo de mais-valia. Para ficar mais fácil o uso, normalmente emprega-se trabalho produtivo e improdutivo para significar o trabalho assalariado que produz ou não mais-valia” (Lessa e Tonet 2012: 33).

Porém é de extrema importância esclarecer que o trabalho só é produtivo por produzir mercadorias e assim mais-valia e não se restringe apenas ao trabalho de intercâmbio com a natureza, mas também ao setor de serviços que também produz mercadorias que não são fruto da transformação da natureza. Este fato aparentemente complexo é explicado por Marx:

“Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato deste último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto sorte, mas azar” (Marx 1985b: 105-106).

Deste exemplo dado por Marx, podemos perceber que a força de trabalho pode ser utilizada em um serviço como a aula e também na transformação da natureza em mercadoria concreta (bola, martelo, roda). No comércio destas mercadorias, seja aula ou martelo, o capitalista consegue extrair mais-valia, assim, tanto na comercialização do martelo como da aula, temos acumulação de capital. Porém, ainda cabe uma reflexão sobre o fato de que no final da aula não houve acréscimo na riqueza material, já que a aula foi consumida por completo e não restou produto material concreto (objeto) desta aula, o que pode ocorrer é uma transformação na consciência dos alunos, no plano subjetivo e individual privado ao indivíduo; mas na produção do martelo, ele produz uma riqueza material que se estende por toda a sociedade.

Conforme foi tratado, temos na atividade de professor e nas demais atividades, que geram mais-valia, apenas a valorização do capital e não a sua produção. Por tudo que foi exposto até o momento, entende-se que todo proletário é um trabalhador produtivo, porém nem todo o trabalhador produtivo é um proletário, porque para ser trabalhador produtivo basta servir para produzir ou valorizar o capital, mas para ser proletário tem que cumprir ambas determinações, ou seja, existe trabalho produtivo fora do intercâmbio orgânico com a natureza, mas não pode jamais existir proletário sem o intercâmbio com a natureza. Assim, na sociedade capitalista o proletário está condicionado a ser trabalhador assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado

pode ser classificado como proletário, porque nem todos os assalariados estão atuando no intercâmbio orgânico com a natureza. Todos os assalariados estão reduzidos à exploração de sua força de trabalho.

De acordo com Lessa e Tonet (2012: 42-43), “trabalhadores são todos os indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário”. Então, a condição de assalariamento, define o conjunto de trabalhadores, mas dentro destes existem diferenciações: a) proletários são os trabalhadores produtivos que atuam no intercâmbio orgânico com a natureza, seu objeto de trabalho é a natureza, ou a natureza já transformada em matéria-prima; b) assalariados (Professor, Assistente Social, Advogado, entre tantos outros) em que não ocorre o intercâmbio orgânico com a natureza, pois atuam na consciência de outros homens.

Lessa (2011: 175) ao abordar os estudos de Lukács, consigna em “teleologia primária”, o trabalho de intercâmbio orgânico com a natureza, e em “teleologia secundária” as demais práxis que atuam sobre as relações sociais e de outros homens. Só o proletário “produz” capital, os demais trabalhadores assalariados podem atuar na valorização do capital. Assim, concordamos com a síntese que Lessa faz desta questão:

“O trabalho do proletário resulta em um “produto final” – meios de produção e de subsistência – que, além de valorizar, também “produz” o capital e pode, por isso, servir de meio para sua acumulação. O resultado do trabalho do mestre-escola, por seu lado, se exaure no momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma “coisa” equivalente a um “meio de produção ou meio de subsistência”. Por isso, do trabalho abstrato do mestre-escola não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação. O mesmo pode ser dito do assistente social e das atividades assalariadas não proletárias” (Lessa 2011: 177).

Ainda cabe esclarecer que existem assalariados que não são trabalhadores produtivos, pois existem diferenças entre os proletários e demais assalariados. Para entender isto, nos reportamos novamente à explicação de Lessa (2011: 179), o proletariado é a única classe na sociabilidade capitalista que, além de mais-valia, produz também capital, ou seja, toda a riqueza social. Assim, entendemos que os demais assalariados, vivem da apropriação do trabalho excedente do proletariado, pois o salário que recebem tem origem na riqueza produzida pelos proletários. Desta forma, o referido autor afirma que estes assalariados não proletários ocupam uma posição de classe de transição, pois apresentam contradições tanto com a burguesia quanto com o proletariado. Vejamos como:

“A distinção ontológica de classe entre os professores e os proletários é que os professores vivem “do conteúdo material da riqueza” produzida pelos proletários, ainda que o façam indiretamente, pela mediação do Estado e ou da burguesia. Esta posição “de transição” (Marx 1979:229) (isto é, enquanto assalariados são explorados e, ao mesmo tempo, vivem da riqueza originalmente produzida pelo proletariado) dos mestres-escolas – assim como a dos outros assalariados não proletários – faz com que tenham contradições objetivas de classe tanto com o proletariado como com a burguesia. Com a burguesia, porque são por ela explorados ao serem forçados a vender sua força de trabalho; ou seja, por terem, tal como o proletariado, sua inserção social mais efetiva e rica, aquela mediada pelo trabalho, reduzida à mera mercadoria, a trabalho abstrato. Isto faz com que haja uma efetiva

e real aproximação destes setores assalariados com os interesses histórico do proletariado (...) o proletariado é a classe revolucionária por excelência: é a única classe que vive do “conteúdo material da riqueza” produzida pelo seu trabalho. Suas condições de vida e trabalho não decorrem, nem direta nem indiretamente, da exploração de outra classe social. Diferente de todas as outras classes sociais, o proletariado nada tem a perder com a extinção da propriedade privada. E é a única que tem tudo a ganhar com a superação da exploração do homem pelo homem” (Lessa 2011: 180-181).

Do exposto, percebemos que a única identidade que há entre proletários e os demais trabalhadores assalariados é que todos eles, nesta sociabilidade capitalista, estão na condição de assalariados e, portanto, explorados pelo capital, ainda que as formas de exploração e salário possam variar entre eles. Cabe ressaltar que o proletariado é a única classe antagônica ao capital, porém todos os trabalhadores são explorados pelo capital, isto não quer dizer que são explorados da mesma forma, porém o que prevalece na relação é a condição de exploração e assalariamento. Assim, para Marx são trabalhadores todas as práxis sociais que são assalariadas e por isto se distinguem do capital (LESSA 2011: 194).

Reafirmando tudo que foi tratado até aqui, entendemos que o trabalho é uma categoria universal e eterna que funda o ser social, porém o trabalho abstrato é peculiar à regência do capital, ou seja, é próprio do modo de produção capitalista. Se pensarmos em outra sociabilidade livre do domínio do capital, sendo emancipada, teremos a superação do trabalho abstrato, porém o trabalho fundante do ser social estará presente em toda e qualquer sociedade. É justamente a contradição que existe entre trabalho e trabalho abstrato que gera a possibilidade de superação do capitalismo. Vejamos isto nas palavras de Lessa:

“A relação entre o trabalho e trabalho abstrato é rica e complexa, também, porque não é o solo ontológico da possibilidade de revolução qualquer, mas, sim, da possibilidade de uma revolução proletária. No preciso sentido de que a rica e complexa relação entre o trabalho e o trabalho abstrato também funda a contradição entre assalariados em geral e o proletariado” (Lessa, 2011: 197).

Então, o trabalho sob a regência do capital produz alienações e desumanidades, já que sua finalidade é atender as necessidades de reprodução do capital antes de atender as necessidades humanas, digamos mais, as necessidades humanas só serão atendidas se for de interesse do capital, se de alguma forma atender sua prioridade de acumular capital, caso contrário serão desprezadas. Assim, o trabalho é uma categoria ontológica eterna e universal, e com o trabalho abstrato temos sua particularidade histórica no modo de produção capitalista.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos possibilitou aprofundar nas reflexões desenvolvidas por Marx sobre a categoria trabalho e trabalho abstrato no modo de produção capitalista. Entendemos a centralidade ontológica da categoria trabalho como uma eterna necessidade

humana de transformar a natureza nos meios de subsistência e produção, sendo assim, ineliminável, existente em toda forma de sociabilidade. Porém, é o trabalho abstrato, forma que assume no modo de produção capitalista, que gera alienações e desumanidades, sendo uma necessidade sua superação para construir uma sociedade verdadeiramente emancipada do domínio do capital.

Por fim, reafirmamos que o trabalho continua sendo e sempre será a categoria central que funda o mundo dos homens e, por isso, a obra marxiana se constitui na forma mais coerente de compreender a realidade social e a dinâmica do modo de produção capitalista, sendo o seu conhecimento de fundamental importância para embasar e concretizar o projeto revolucionário do proletariado, o qual busca o fim do trabalho abstrato, o fim do trabalho sob a regência do capital, eliminando a exploração do homem pelo homem.

## REFERÊNCIAS

- Lessa, Sérgio (1999). *O processo de produção/reprodução social: Trabalho e Sociabilidade*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. CEAD-UNB. Módulo 2: 20-33.
- Lessa, Sérgio (2011). *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Lessa, Sérgio (2012). *Para compreender a ontologia de Lukács*. 3.ed. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Lessa, Sérgio; TONET, Ivo (2008). *Introdução a filosofia de Marx*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.
- Lessa, Sérgio; TONET (2008). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Marx, Karl (1985a). *O Capital*. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, Karl (1985b). *O Capital*. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- Marx, Karl (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular.
- Mészáros, István (2002). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- Tavares, Maria Augusta (2004). *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Tonet, Ivo. (2003) *Marxismo para o século XXI*. Maceió – AL. Disponível em: < [http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo\\_para\\_o\\_Seculo\\_XXI.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo_para_o_Seculo_XXI.pdf) > Acesso em setembro de 2013.

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior